



RELATÓRIO ANUAL

—
2016



Sumário

INFORMAÇÕES GERAIS DA ENTIDADE

Composição dos Conselhos e da Diretoria da Entidade	5
---	---

PERFIL DA RANDONPREV

Patrimônio da Entidade – evolução mensal em 2016	7
Participantes	8
Despesas da Entidade	9

INFORMAÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS

Resumo da Política de Investimentos	11
Rentabilidade por Perfil de Investimento	13
Rentabilidades por Gestor e por Segmento	14
Comentário do Gestor Sobre os Investimentos	15
Alocações por Segmento e por Gestor	17
Série Histórica Acumulada	18

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial – consolidado	20
DMPS – Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – consolidada	21
DPGA – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – consolidada	22
DMAL – Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – por plano	23
DAL – Demonstração do Ativo Líquido – por plano	24
DPT - Demonstração das Provisões Técnicas	25

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	27
---	----

PARECERES

Parecer dos Auditores Independentes	40
Parecer do Conselho Fiscal	43
Manifestação do Conselho Deliberativo	45
Parecer Atuarial	47



INTRODUÇÃO

O relatório anual é um documento muito importante que o RandonPrev prepara anualmente para que você possa acompanhar a situação do seu plano de aposentadoria e da Entidade. Assim, você se mantém bem informado sobre este valioso investimento que está fazendo para o seu futuro!

Nas próximas páginas, você verá a íntegra dos documentos que a Entidade prepara para demonstrar os números de 2016 do RandonPrev, como os resultados dos investimentos e a forma como foram realizados, os gastos com a administração da Entidade e do Plano, e um parecer final de profissionais especializados sobre a situação econômica, financeira e atuarial do plano.

Também foi elaborada uma versão resumida do relatório anual, que traz as principais informações do modelo completo de forma breve e com uma linguagem mais didática, facilitando a interpretação dos números.

Aproveite a leitura!

MENSAGEM DA DIRETORIA

REFORMA DA PREVIDÊNCIA, E AGORA?



Existe um assunto muito importante em pauta no cenário político e nos telejornais que está deixando os trabalhadores desconfortáveis com o futuro: a Reforma da Previdência de 2017.

Mais uma reforma, na verdade, certo? Há pouco tempo foi aprovada a regra 85/95, que prevê que o trabalhador pode se aposentar por tempo de serviço quando atingir os

fatores 85 (para mulheres) ou 95 (para homens), quando somados a sua idade e o seu tempo de serviço. Também é possível se aposentar por idade, sendo 60 anos para mulheres e 65 para homens, mas com tempo de contribuição mínimo de 15 anos.

Porém, atualmente, a previdência do Brasil acumula um déficit astronômico de quase R\$ 150 bilhões, devido a diversos fatores, como desequilíbrio nos valores de benefícios pagos a servidores públicos versus trabalhadores civis, aumento da expectativa média de vida do brasileiro que, em 2015 era de 75,5 anos e também ao envelhecimento da população, quando temos uma quantidade menor de contribuintes e uma quantidade maior de pessoas recebendo o benefício.

Com todos esses fatores andando juntos, uma reforma nas regras de previdência do Brasil é necessária. Esta mensagem não se destina a discutir se a reforma nas regras propostas é justa ou não, mas atenta à realidade do brasileiro, de que o INSS pode não ser suficiente para suprir as necessidades do atual trabalhador no futuro. E, certamente, até muitos de nós chegarmos à idade da nossa aposentadoria, poderão ter ocorrido outras reformas.

Diante deste cenário, torna-se imprescindível pensar em outras fontes de renda para

que os anos de aposentadoria sejam de plenitude financeira, sem apertos. Dentre as diversas possibilidades, estão os planos de previdência, atualmente muito indicados por especialistas como bons aliados na formação de uma poupança extra para suplementar a aposentadoria.

E você, que faz parte do Plano de Benefícios Randonprev, já conta com este aliado! As vantagens desse benefício são diversas: você contribui e a Randon faz uma contrapartida sobre a sua contribuição mensal; as taxas com a administração do plano são muito menores do que um PGBL e custeadas pela Randon; especialistas cuidam dos investimentos do plano buscando sempre os melhores resultados; você pode escolher o seu perfil de investimento e dosar o grau de risco que quer para aplicação dos seus recursos; entre outras.

Portanto, não deixe de lado esse benefício valioso que as empresas do grupo Randon oferecem. Acompanhe periodicamente os seus investimentos e ajuste-os conforme a sua necessidade. Dessa forma, você estará trilhando um bom caminho na estrada da sua vida até (e durante) a aposentadoria.

Um abraço.

Diretoria do RandonPrev

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS

CONSELHO DELIBERATIVO

Alexandre Randon
Presidente

Alexandre Dorival Gazzi
Vice Presidente

Daniel Raul Randon
Conselheiro

Anderson Pontalti
Conselheiro

SUPLENTES

Augusto Giongo Letti

Esdânio Nilton Pereira

Ricardo Escoboza

Norberto José Fabris

DIRETORIA EXECUTIVA

Ademar Salvador
Diretor Superintendente - AETQ

Jaime Marchet
Diretor

Sérgio Martins Barbosa
Diretor

Rui de Oliveira Bueno
Diretor

CONSELHO FISCAL

Luiz Carlos de Lima
Presidente

Dionéia Canal
Conselheira

Paulo S. Izaguirre Trindade
Conselheiro

SUPLENTES

Maristela Pellin

Roberto Carlos Pezzi

Gleidson de Carvalho Cearon

PERFIL DO RANDONPREV



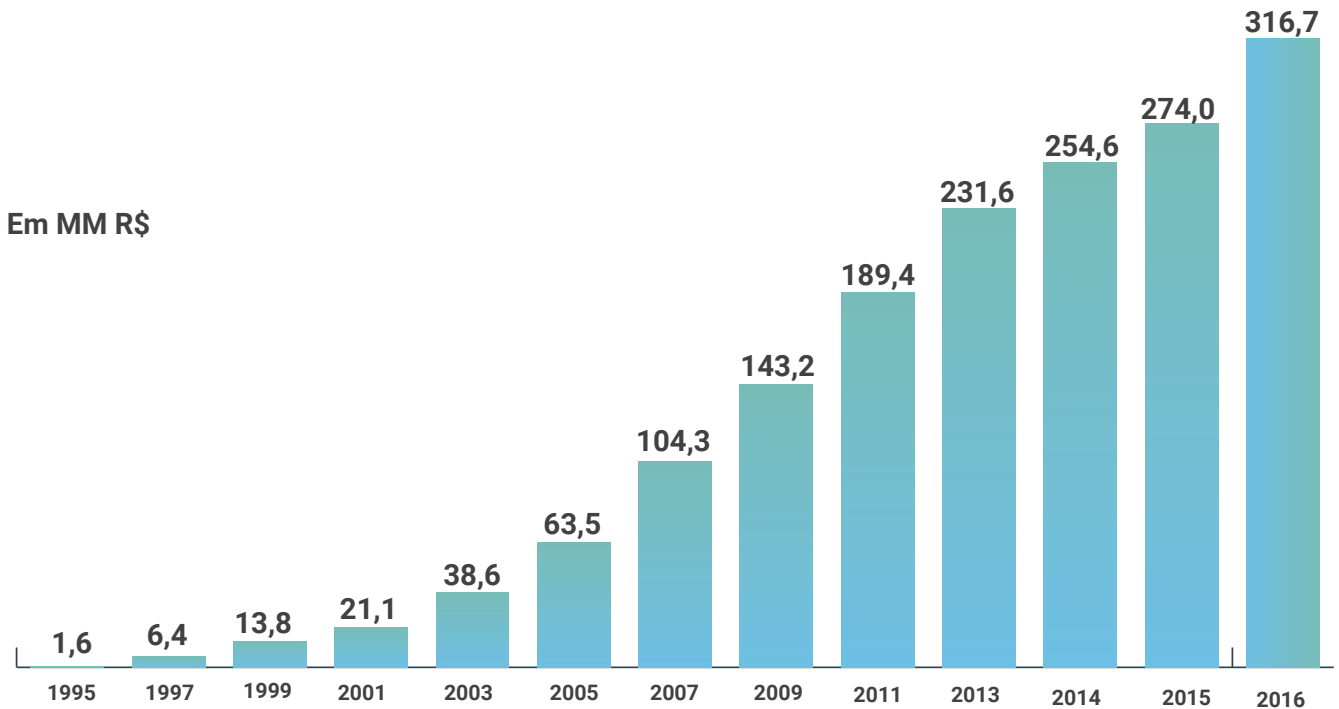
Evolução do Patrimônio

R\$ 316,7
Milhões

Em dezembro de 2016



Em MM R\$



Participantes

ATIVOS

7.486

Atuais funcionários da Randon que aderiram ao plano

AUTOPATROCINADOS

147

Ex-funcionários da Randon que decidiram continuar contribuindo para o plano

BPDS

74

Ex-funcionários da Randon que continuam no plano, sem contribuir, aguardando o benefício

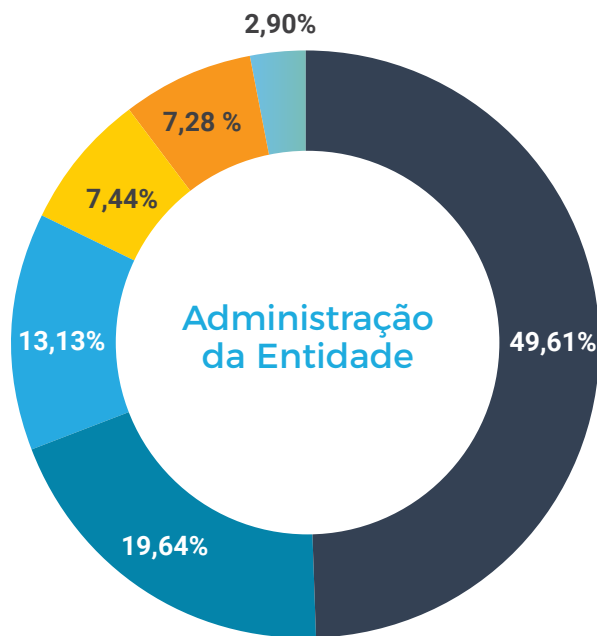
ASSISTIDOS

218

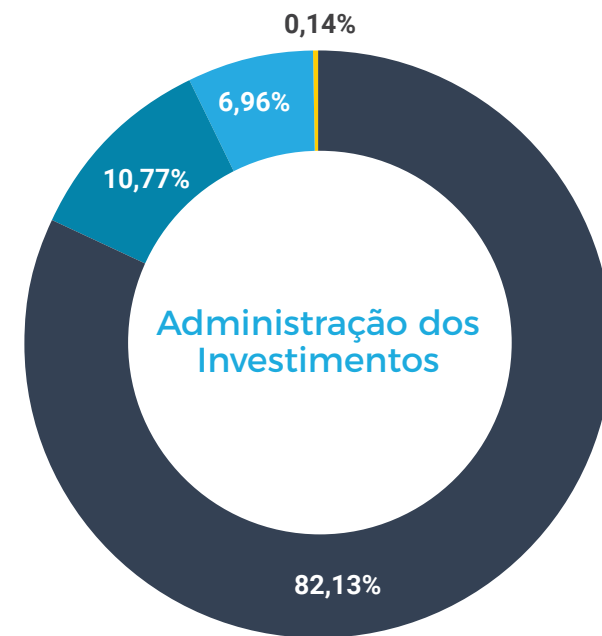
Ex-funcionários da Randon, ou seus pensionistas, que recebem o benefício de aposentadoria pelo plano

TOTAL: 7.925

Despesas da Entidade



Despesas com pessoal	R\$ 778.325,60
Gestão / Planejamento Estratégico	R\$ 308.228,07
Consultoria Atuarial	R\$ 206.008,13
Despesas gerais e outras despesas	R\$ 116.768,74
Tributos	R\$ 114.250,21
Auditoria Contábil	R\$ 45.463,24
Total	R\$ 1.569.043,99



Administração de Carteira	R\$ 870.298,64
Consultoria de Investimentos	R\$ 114.080,10
Taxas e Tributos	R\$ 73.749,02
Outras	R\$ 1.493,97
Total	R\$ 1.059.621,73

INFORMAÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS



Resumo da Política de Investimentos

As informações a seguir referem-se à Política de Investimentos do Plano de Benefícios Randonprev e do Plano de Gestão Administrativa – PGA, administrados pela RandonPrev, relativas ao exercício de 2016 e aprovadas em 18/12/2015:

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por Plano/Segmento – Período de Referência: 01/2016 a 12/2016

Participação %	Plano / Segmento	% Indexador	Indexador	Taxa de juros % aa
59,50	Plano	100,00	IMA Geral	0,00
25,50	Plano	100,00	IMA-S	0,00
15,00	Plano	100,00	IBrX	0,00
70,00	Renda Fixa	100,00	IMAGeral	0,00
30,00	Renda Fixa	100,00	IMA-S	0,00
100,00	Renda Variável	100,00	IBrX	0,00
100,00	Investimentos Estruturados	100,00	DI-CETIP	0,00
100,00	Investimentos no Exterior	100,00	MSCI-World	0,00

DOCUMENTAÇÃO / RESPONSÁVEIS

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2016 a 31/12/2016	Plano	Ademar Salvador	220.575.790-34	Diretor

CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado

Também conhecido como volatilidade é a possibilidade de ocorrerem perdas devido às oscilações nos preços dos ativos do mercado financeiro, como ações, taxas de juro e taxas de câmbio, por exemplo.

Risco de Liquidez

Liquidez é a facilidade ou a dificuldade em vender um ativo. O risco é proveniente quando é impossível se desfazer de um ativo, sendo necessário reduzir o seu valor para ter acesso mais rápido ao dinheiro.

Risco de Contraparte

Ocorre quando existe a possibilidade de que uma parte do negócio não cumpra as suas obrigações contratuais.

Risco Legal

Caso uma parte sofra uma perda porque as leis ou regulações não dão suporte às regras e interesses que são mantidos pelo sistema de liquidação.

Risco Operacional

É a possibilidade de perdas por falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas relacionados ao investimento em questão.

Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Não Dispõe de Manual: Não

Possui modelo proprietário de risco: Sim Dispõe de Manual: Não

Realiza Estudos de ALM: Não

Observação: Todos os ativos são marcados a mercado. Como a gestão é totalmente terceirizada, a responsabilidade pelo apreçamento dos ativos é dos gestores e custodiantes. Os controles de riscos são realizados pelos gestores de recursos e acompanhados através de relatórios elaborados por consultoria especializada.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Período de Referência: 01/2016 a 12/2016

Segmento		Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	Plano	50,00	100,00	80,00
	PGA	60,00	100,00	75,00
Renda Variável	Plano	0,00	40,00	15,00
	PGA	0,00	20,00	15,00
Investimentos Estruturados	Plano/PGA	0,00	10,00	5,00
Investimentos no Exterior	Plano/PGA	0,00	10,00	5,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação: A Entidade realiza avaliação prévia dos riscos envolvidos na definição da alocação estratégica nas diferentes classes de ativos, com o apoio da consultoria de investimentos no momento da definição da PI. A avaliação prévia dos riscos envolvidos na alocação de ativos e derivativos é de responsabilidade dos gestores de recursos, devendo seguir as diretrizes definidas na PI.

PERFIS DE INVESTIMENTO

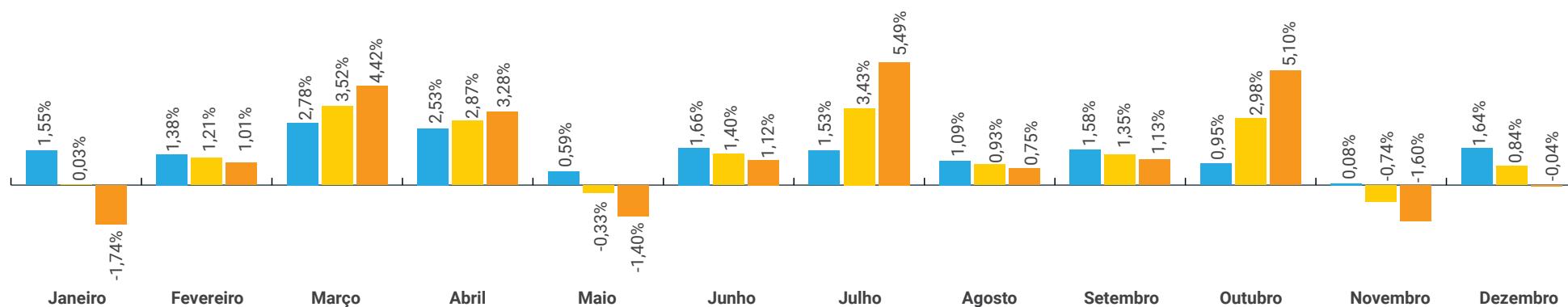
Os Perfis de Investimento são aplicáveis somente ao Plano Randonprev, e seguiram esta alocação para o ano de 2016:

Perfil	Segmento	Mínimo %	Máximo %
Conservador	Renda Fixa	90,00	100,00
	Investimentos Estruturados	0,00	10,00
Moderado	Renda Fixa	60,00	100,00
	Renda Variável	0,00	20,00
	Investimentos Estruturados	0,00	10,00
	Investimentos no Exterior	0,00	10,00
Agressivo	Renda Fixa	40,00	100,00
	Renda Variável	0,00	40,00
	Investimentos Estruturados	0,00	10,00
	Investimentos no Exterior	0,00	10,00

Rentabilidades

RENTABILIDADE POR PERFIL DE INVESTIMENTO

MENSAL



ACUMULADO

Conservador
18,78%

Moderado
18,83%

Agressivo
18,57%

IGPDI+5%
12,51%

IMA-Geral
20,98%

IBrX
36,70%

RENTABILIDADES POR GESTOR E POR SEGMENTO

GESTOR ITAÚ-UNIBANCO

	Fundo	Rentabilidade	
		Líquida	Bruta*
Renda Fixa	IT INST A PHOENIX FI (início 05/08/2016)	1,15%	2,16%
	ITAU INDEX ACOES FI (taxa zero)	37,86%	37,86%
Renda Variável	ITAÚ VERSO B RF FI (taxa zero)	25,25%	25,25%
	ITAÚ VERSO P RF FI (taxa zero)	14,57%	14,57%
	ITAU VERTICE C RF FI (taxa zero)	18,54%	18,54%
	IU FID W3 FIM (taxa zero)	14,63%	14,63%
	PRE LONGOPRAZO RF FI (taxa zero)	23,34%	23,34%
	RF JUROS OCEAN FI (taxa zero)	13,44%	13,44%
	UBB MASTER RF IRFM (taxa zero)	23,97%	23,97%
Estruturados	ITAÚ HEDGE FI	18,64%	21,00%
Exterior	It Now S&P500 TRN	-9,55%	-9,39%

* A rentabilidade bruta é estimada

GESTOR BRAM (BRADESCO)

	Fundo	Rentabilidade	
		Líquida	Bruta
Renda Fixa	BRAM IMA-Geral	21,82%	21,82%
	BRAM IRF-M	23,86%	23,86%
	Bradesco Plus	21,82%	21,82%
Renda Variável	Renda Variável	19,24%	30,30%
Exterior	Bradesco Global	-13,29%	-12,26%

Comentário do Gestor Sobre os Investimentos

(comentários extraídos do informativo Economia e Mercado do BRAM – Bradesco Asset Management – janeiro/2017)

RENDA FIXA

A temperatura política permaneceu elevada em dezembro com o fechamento das delações da Odebrecht e denúncias que atingiram inclusive o Executivo, além de um confronto entre os poderes Judiciário e Legislativo. Porém, a reação dos preços dos ativos relacionados a esses fatos foi reduzida, pois, apesar do aumento da tensão política, a tramitação no Congresso seguiu evoluindo de acordo com o planejado. A PEC do teto dos gastos foi aprovada no Senado e a reforma da previdência foi enviada à Câmara. Adicionalmente, a atividade econômica e o mercado de trabalho seguiram se enfraquecendo, juntamente com a perspectiva para a recuperação da demanda. Por outro lado, boas notícias começaram a surgir da inflação corrente inferior ao consenso, com influência em expectativas mais baixas para 2017.

Essa dinâmica de preços permite ao Banco Central acelerar o ritmo de queda na taxa de juros, o que, diante da árdua tarefa de contenção das contas públicas, torna-se o principal instrumento de estímulo ao crescimento de curto prazo. Neste sentido, o Relatório Trimestral de Inflação deixou clara a intenção do Copom não só em acelerar o

movimento de 0,25% para 0,50% na reunião de janeiro, mas também de que a redução total deste ciclo poderá ser maior do que o mercado vinha antecipando, algo que vínhamos destacando como provável. Nem mesmo a expectativa de que Donald Trump gere estímulos fiscais que acelerem o crescimento dos EUA e que fortaleçam o Dólar globalmente deve alterar o ritmo e a magnitude de cortes da Selic, pois as contas externas do Brasil estão arrumadas e são facilmente financiáveis e, sobretudo, o hiato do produto está fortemente negativo. Não obstante, as ações do novo presidente dos EUA são um importante risco a se monitorar em 2017, juntamente com os desdobramentos internos da Lava Jato e a evolução prospectiva das contas públicas.

O ano de 2016 foi marcado por muita volatilidade, tanto no mercado interno quanto o externo. No Brasil, o foco foi o impeachment da Presidente e a Operação Lava Jato. Já a Europa foi marcada pelo Brexit, enquanto nos Estados Unidos, a eleição de Donald Trump ganhou foco. Para os ativos de crédito, observamos uma abertura nos spreads (diferença entre o preço de compra e venda) no primeiro trimestre, acompanhando o maior prêmio de risco da curva de juros. Ao longo do ano, os spreads foram reduzindo e estão no mesmo patamar do final de 2015, muito em função da antecipação das expectativas de melhora do cenário econômico e do desequilíbrio entre a oferta e a demanda por ativos do que pela melhora do risco de crédito das empresas.

Continuamos observando um baixo apetite para captação dos bancos, especialmente os bancos de primeira linha. Frente a esse cenário, a BRAM mantém sua estratégia de alta seletividade na aquisição dos créditos bancários e corporativos.

RENDA VARIÁVEL

A Bolsa teve comportamento negativo no mês de dezembro, com o índice IBrX apresentando retorno de -2,55%, acumulando 36,7% de valorização no ano. O índice S&P 500 teve retorno de 1,9%, acumulando

11,2% de valorização no ano, em Dólar. O investidor estrangeiro reduziu sua exposição em Brasil em R\$668 milhões, mantendo ainda saldo positivo de R\$13,9 bilhões em 2016, enquanto o investidor institucional local reduziu sua exposição em R\$226 milhões, diminuindo seu saldo negativo para R\$7,8 bilhões no ano.

No cenário externo, o ambiente de otimismo na bolsa americana se manteve por conta de apostas especulativas feitas na sequência da vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais americanas, com destaque para os setores financeiro e de energia, que apresentaram o melhor resultado do S&P 500 neste ano.

No Brasil, os sinais de fraqueza na economia e postergação do momento de recuperação foram reforçados com a divulgação dos dados de PIB do 3º trimestre (8º trimestre seguido de queda na atividade), manutenção do ambiente de volatilidade no cenário político e continuidade do processo de afrouxamento monetário através de mais um corte da taxa de juros SELIC.

O setor de Papel & Celulose foi destaque por conta do reajuste da celulose, enquanto outros setores tiveram performance positiva por razões específicas como Logística e Transportes e Shopping e Properties. Já os setores ligados a commodities foram os destaques de performance negativa, por conta de realização de lucros após excelente desempenho no ano como Siderurgia, Mineração e Petróleo.

Alocação de Valores

ALOCAÇÃO POR SEGMENTO em R\$ Milhões

Renda Fixa	216,7
Multimercado	44,0
Imobiliário	2,6
Renda Variável - Brasil	45,6
Renda Variável - Exterior	7,9
Total	316,7

RENTABILIDADE EM 2016

Renda Fixa	19,52%
Multimercado	25,40%
Imobiliário	39,78%
Renda Variável - Brasil	27,26%
Renda Variável - Exterior	-16,55%

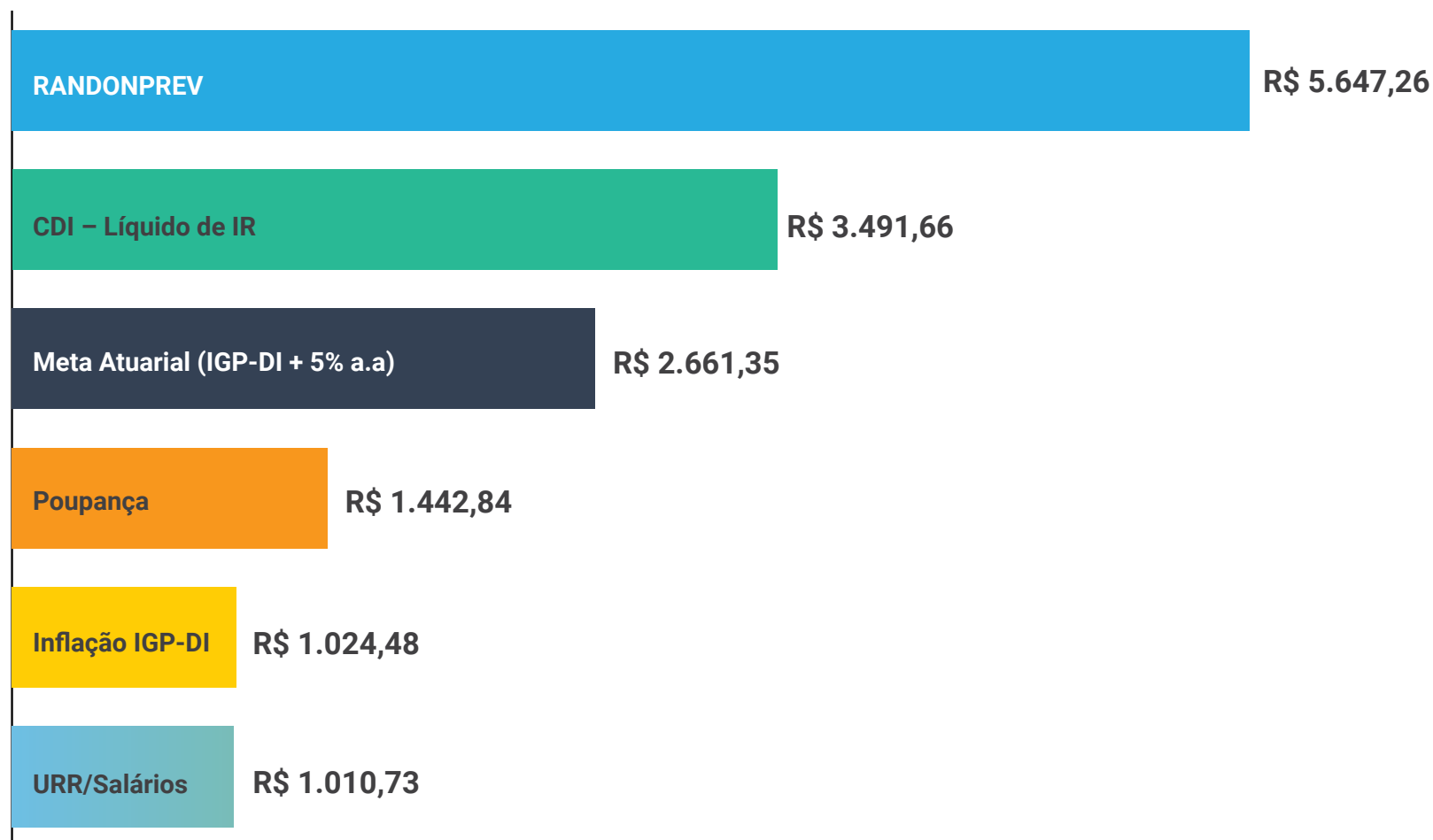
ALOCAÇÃO POR GESTOR em R\$ Milhões

Bradesco Asset Management	195,4
Itaú Asset Management	118,8
Rio Bravo	2,6
Total	316,7

Série Histórica Acumulada

Veja, abaixo, o retorno que o RANDONPREV proporcionou aos seus participantes em comparação com outros investimentos, desde o início do Plano, em 10 de junho de 1994, até a data de 31 de dezembro de 2016.

Considerando um aporte único de R\$ 100,00 em 10 de junho de 1994, você teria agora:



INFORMAÇÕES CONTÁBEIS



Balanço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

Ademar Salvador

Diretor Superintendente

CPF nº 220.575.790-34

Rosemeire Correia Santana

Contadora

CRC nº 1SP 195774/O- 4

CPF nº 118.435.598-38

Ativo	2016	2015
Disponível	3	7
Realizável	319.820	275.863
Gestão Previdencial	2.456	136
Gestão Administrativa	536	247
Investimentos	316.828	275.480
Ações	30.428	14.291
Fundos de Investimentos	286.400	261.189
Permanente	1	2
Imobilizado	1	2
Total do Ativo	319.824	275.872
Passivo	2016	2015
Exigível operacional	1.259	2.595
Gestão Previdencial	902	903
Gestão Administrativa	240	190
Investimentos	117	1.502
Patrimônio Social	318.565	273.277
Patrimônio de Cobertura do Plano	308.938	265.369
Provisões matemáticas	301.314	263.926
Benefícios concedidos	133.038	84.496
Benefícios a conceder	168.276	179.430
Equilíbrio Técnico	7.624	1.443
Resultados realizados	7.624	1.443
Superávit técnico acumulado	7.624	1.443
Fundos	9.627	7.908
Fundos Previdenciais	6.573	5.783
Fundos Administrativos	3.054	2.125
Total do Passivo	319.824	275.872

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado

em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

Ademar Salvador

Diretor Superintendente

CPF n  220.575.790-34

Rosemeire Correia Santana

Contadora

CRC n  1SP 195774/O- 4

CPF n  118.435.598-38

	2016	2015	Variacão %
A) Patrimônio Social - início do exercício	273.277	254.664	7,31%
1. Adi�es	64.739	33.364	94,04%
(+) Contribui�es Previdenciais	11.053	12.518	-11,70%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	50.129	17.653	183,97%
(+) Receitas Administrativas	3.116	3.053	2,06%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	441	140	215,00%
2. Destina�es	(19.451)	(14.751)	31,86%
(-) Benefícios	(16.822)	(11.113)	51,37%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial		(1.201)	-100,00%
(-) Despesas Administrativas	(2.629)	(2.385)	10,23%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa		(52)	-100,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	45.288	18.613	143,31%
(+/-) Provisões Matemáticas	37.388	19.983	87,10%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	6.181	(1.594)	-487,77%
(+/-) Fundos Previdenciais	790	(532)	-248,50%
(+/-) Fundo Administrativo	929	756	22,88%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	318.565	273.277	16,57%

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada

em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

Ademar Salvador

Diretor Superintendente

CPF nº 220.575.790-34

Rosemeire Correia Santana

Contadora

CRC nº 1SP 195774/O- 4

CPF nº 118.435.598-38

	2016	2015	Varição %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.125	1.369	55,22%
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.558	3.193	11,43%
1.1. Receitas	3.558	3.193	11,43%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.057	2.152	-4,41%
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.060	901	17,65%
Resultado Positivo dos Investimentos	441	140	215,00%
2. Despesas Administrativas	(2.629)	(2.385)	10,23%
2.1. Administração Previdencial	(1.569)	(1.484)	5,73%
Pessoal e encargos	(800)	(812)	-1,48%
Viagens e estadias	(14)	(22)	-36,36%
Serviços de terceiros	(580)	(470)	23,40%
Despesas gerais	(60)	(54)	11,11%
Depreciações e amortizações	(1)	(1)	0,00%
Tributos	(114)	(125)	-100,00%
2.2. Administração dos Investimentos	(1.060)	(901)	17,65%
Serviços de terceiros	(986)	(847)	16,41%
Tributos	(74)	(54)	-100,00%
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	(52)	-100,00%
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	929	756	22,88%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	929	756	22,88%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	3.054	2.125	43,72%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano de Benefício Randonprev

em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

Ademar Salvador

Diretor Superintendente

CPF nº 220.575.790-34

Rosemeire Correia Santana

Contadora

CRC nº 1SP 195774/O- 4

CPF nº 118.435.598-38

	2016	2015	Variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	271.152	253.296	7,05%
1. Adições	63.238	32.322	95,65%
(+) Contribuições	13.110	14.669	-10,63%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	50.128	17.653	183,96%
2. Destinações	(18.880)	(14.466)	30,51%
(-) Benefícios	(16.823)	(11.113)	51,38%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial		(1.201)	-100,00%
(-) Custeio Administrativo	(2.057)	(2.152)	-4,41%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	44.358	17.856	148,42%
(+/-) Provisões Matemáticas	37.388	19.983	87,10%
(+/-) Fundos Previdenciais	790	(532)	-248,50%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	6.181	(1.594)	-487,77%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	315.510	271.152	16,36%
C) Fundos não previdenciais	3.054	2.125	43,72%
(+/-) Fundos Administrativos	3.054	2.125	43,72%

Demonstração do Ativo Líquido - Plano de Benefício Randonprev

em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

Ademar Salvador

Diretor Superintendente

CPF nº 220.575.790-34

Rosemeire Correia Santana

Contadora

CRC nº 1SP 195774/O- 4

CPF nº 118.435.598-38

	2016	2015	Varição %
1. Adições	319.920	275.864	15,97%
Disponível	3	7	-57,14%
Recebível	5.510	2.261	143,70%
Investimento	314.407	273.596	14,92%
Ações	30.195	28.353	6,50%
Fundos de Investimentos	284.212	245.243	15,89%
2. Obrigações	(1.356)	(2.587)	-47,58%
Operacional	(1.356)	(2.587)	-47,58%
3. Fundos não previdenciais	(3.054)	(2.125)	43,72%
Fundos Administrativos	(3.054)	(2.125)	43,72%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	324.330	271.152	19,61%
Provisões Matemáticas	301.314	263.926	14,17%
Superávit/Déficit Técnico	7.623	1.443	428,27%
Fundos Previdenciais	9.627	5.783	66,47%

Demonstração das Provisões Técnicas - Plano de Benefício Randonprev

em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

Ademar Salvador

Diretor Superintendente

CPF nº 220.575.790-34

Rosemeire Correia Santana

Contadora

CRC nº 1SP 195774/O- 4

CPF nº 118.435.598-38

	2016	2015	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	316.866	273.739	15,75%
1. Provisões Matemáticas	301.314	263.926	14,17%
1.1. Benefícios Concedidos	133.037	84.496	57,45%
Contribuição Definida	132.995	84.424	57,53%
Benefício Definido	42	72	-41,67%
1.2. Benefícios a Conceder	168.277	179.430	-6,22%
Contribuição Definida	158.031	166.134	-4,88%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	60.221	64.506	-6,64%
Saldo de Contas - parcela participantes	97.810	101.628	-3,76%
Benefício Definido	10.246	13.296	-22,94%
2. Equilíbrio Técnico	7.624	1.443	428,34%
2.1. Resultados Realizados	7.624	1.443	428,34%
 Superávit técnico acumulado	7.624	1.443	428,34%
Reserva de contingência	2.108	1.443	46,08%
Reserva para revisão de plano	5.516	0	100,00%
3. Fundos	6.573	5.783	13,66%
3.1. Fundos Previdenciais	6.573	5.783	13,66%
4. Exigível Operacional	1.355	2.587	-47,62%
4.1. Gestão Previdencial	902	903	-0,11%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	453	1.684	-73,10%

NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Randonprev Fundo de Pensão é uma entidade fechada de previdência complementar ("EFPC"), sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com seu funcionamento autorizado pela portaria nº 1.074 de 25 de abril de 1994 e operando a partir de 10 de junho de 1994.

O objetivo da Entidade é a administração e execução do plano benefícios de natureza previdenciária, conforme definido no seu Regulamento do Plano de Benefícios. Os benefícios concedidos pelo plano são os seguintes: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefício mínimo.

Os recursos necessários ao atendimento dos objetivos da Randonprev são originados por contribuições de suas patrocinadoras, participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações destes recursos.

O Randonprev tem como patrocinadoras: DRAMD Participações e Administração Ltda, Randon S/A - Implementos e Participações, Randon Implementos para o Transporte Ltda., Raul Anselmo Randon, Rasip Alimentos S/A, Master Sistemas Automotivos Ltda., Randon Administradora de Consórcios Ltda., Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda., Fras-Le S/A, Randonprev Fundo de Pensão, RAR Corretora de Seguros Ltda., Castertech Fundação e Tecnologia Ltda., Caixa de Assistência Sistema Saúde Integral - SSI Saúde, Associação Esportiva e Recreativa Randon - SER Randon, Cooperativa E.C.M. das Empresas Randon e Instituto Elisabetha Randon Pró Educação e Cultura.

O plano de benefícios administrado pelo Randonprev está adequado aos novos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate e autopatrocínio, conforme disposto na Resolução CGPC nº 6 de 30 de outubro de 2003, sendo aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 30 de novembro de 2005 de acordo com o Ofício 2.270/SPC/DETEC/CGAT.

Em 31 de dezembro de 2016, o Randonprev conta com 11.667 (17.364 em 31 de dezembro de 2015) participantes e 218 (186 em 31 de dezembro de 2015) em gozo de benefícios.

A partir de 1º de abril de 2012 iniciou-se a operacionalização dos perfis de investimento da Randonprev utilizando as opções realizadas pelos participantes e assistidos por um dos perfis de investimento: agressivo, conservador ou moderado. Os participantes que já estejam recebendo benefício sob a forma de renda mensal vitalícia pelo plano tiveram seus recursos alocados no perfil conservador.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, especificamente a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, Instrução da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - DC/Previc nº 05 de 08 de setembro de 2011, Instrução da Secretaria da Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, referente a Normas Específicas para os Procedimentos Contábeis, alterada pela Instrução Previc nº 06, de 13 de novembro de 2013, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras aplicáveis as entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração do fluxo de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdenciais, assistencial (quando for o caso), administrativa e de investimentos, proporcione informações adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A Administração autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 28 de março de 2016 as quais foram elaborados e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (CNPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009.

3. Principais práticas contábeis

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPCs, observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

a) Apuração do resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebido em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

As contribuições dos autopatrocinados e participantes vinculados diferidos (BPD) são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme prazo previsto no regulamento do plano de benefícios.

b) Ativo Realizável

Gestão previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e participantes.

Gestão administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

Realizável – Programa de investimentos

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC estabeleceu critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado do exercício.

Nos termos da Resolução do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e da Resolução nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Títulos para negociação - registra os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de provável realização.

Títulos mantidos até o vencimento - registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do país, os quais serão avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os investimentos em Renda Fixa estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do exercício e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas. As Rendidas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

As aplicações em fundos de Renda Variável estão demonstradas pelos valores de realização, considerando o valor das cotas na data-base das demonstrações contábeis. As aplicações em ações são contabilizadas

pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagem e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação foi negociada em Bolsa de Valores, conforme passou a determinar a Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008. Em caso de não haver negociação nos últimos seis meses, a avaliação é efetuada pelo valor patrimonial da ação, deduzidas as provisões para perdas, quando aplicável.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

- i. Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Anbima;
- ii. Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores; e
- iii. Fundos de investimentos, pelo valor da cota na data do balanço, informada pelo administrador do fundo.

Custódia de títulos

As aplicações no segmento de Renda Fixa estão registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) e os investimentos em ações estão registrados na Cia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), por meio do Banco Bradesco S.A. e Banco Itaú S.A., em atendimento a Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

c) Exigível operacional

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestações de serviços de terceiros por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais

d) Patrimônio Social - Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são constituídas de acordo com os cálculos efetuados por atuário independente, em conformidade com os critérios fixados pela Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC, do Ministério da Previdência Social - MPS.

Benefícios concedidos - Referem-se ao valor atuarialmente calculado, dos compromissos líquidos correspondentes a benefícios a pagar aos participantes já em gozo do benefício.

Benefícios a conceder - Correspondem a totalidade dos saldos efetivamente acumulados nas contas previdenciárias de participantes que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada e das reservas relativas aos benefícios de risco.

Benefícios do plano com a geração atual - Referem-se ao valor, atuarialmente calculado, dos compromissos líquidos correspondentes a benefícios a conceder aos participantes.

Provisões matemáticas a constituir - Corresponde a parcela a integralizar relativa aos benefícios concedidos e a conceder apurada por ocasião da avaliação atuarial, conforme disposto na Resolução nº 11 de 5 de setembro de 2002.

Equilíbrio técnico - Todo excedente ou insuficiência patrimonial é registrado na conta de Equilíbrio técnico respeitando às disposições do plano de contas e em conformidade com a Resolução da CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

e) Receitas Administrativas

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da Fundação são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

f) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os

registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) e reembolsos (Assistenciais) administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, assistencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo não caracteriza obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da RandonPrev são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

A entidade também constitui fundo administrativo próprio com recursos provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo e esta em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

g) Tributação

Imposto de Renda - A Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, revogou a MP nº 2222, de 4 de setembro de 2001, que havia criado o Regime Especial de Tributação - RET, dispensando a partir de 1º de janeiro de 2005 a retenção na fonte e o pagamento em separação do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar. A referida legislação criou também, um novo regime de tributação, facultando aos participantes de planos de Entidade Fechada de Previdência Complementar estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda, sejam tributados no imposto de renda na fonte:

- (i) Por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios, ou
- (ii) Por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

PIS/COFINS - Calculadas à alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações proporcionadas pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

h) Estimativas atuariais e contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2015 e 2014, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo.

4. Disponível

Representado por depósitos à vista nas seguintes instituições financeiras:

	2016	2015
Imediato		
Banco Bradesco S.A.	1	5
	1	5
Vinculado		
Banco Itaú S.A.	2	2
	3	7

5. Realizável - gestão previdencial

	2016	2015
Recursos a receber		
Patrocinadoras	1.402	136
Participantes	1.053	-
	2.456	136

Refere-se às contribuições a receber dos participantes do plano e das patrocinadoras referente principalmente a competência do mês anterior.

6. Realizável - gestão administrativa

	2016	2015
Contribuição para Custeio - Patrocinador	506	216
Outros realizáveis	30	31
	536	247

A totalidade do valor de R\$ 30 (R\$ 31 em 31 de dezembro de 2015) da rubrica outros realizáveis, refere-se a tributos a compensar e adiantamentos salariais.

7. Realizável - investimentos

Composição da carteira

Os investimentos são efetuados de acordo com diretrizes estabelecidas na política de investimentos. A Randonprev classificou todos os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira de investimentos como títulos para negociação.

	Natureza	2016	2015
Fundos de Investimentos (i)			
Renda Fixa	Privada	187.097	156.745
Ações	Privada	19.957	28.549
Multimercado	Privada	76.751	73.864
Imobiliário	Privada	2.594	2.031
		286.400	261.189

	Natureza	2016	2015
Ações			
Ações no mercado à vista (ii)	Privada	30.199	14.041
Valores a receber	Privada	-	142
Juros/Dividendos a receber	Privada	229	108
		20.186	14.291
		316.828	275.480

(i) Os Fundos de Investimento Financeiros não são exclusivos da Randonprev.

(ii) Referem-se a ações de primeira linha com marcação diária e negociações frequentes no mercado de ações.

Detalhamento dos investimentos:

Fundo	Administrador	2015
Itaú Hedge FI	Banco Itaú. SA	7.862
Itaú Vértice C RF FI	Banco Itaú. SA	2.206
Itaú INDEX IBRX	Banco Itaú SA	1.136
Itaú – Verso A RF REF DI LP	Banco Itaú.SA	1.786
Itaú – IU FID W3 FIM	Banco Itaú.SA	13.893
Itaú – Verso W RF FICF	Banco Itaú.SA	8.478
Itaú – Verso M RF FI	Banco ItaúSA	22.616
Itaú – FOF RPI 30 Ações FIC	Banco Itaú.SA	7.163
Itaú - Momento 30	Banco Itaú.SA	1.172
Itaú – FOF Multi Global EQT	Banco ItaúSA	3.673
Itaú – Ações BDR N1	Banco Itaú.SA	1.365
Itaú - Verso B RF FI	Banco Itaú..SA	16.757
Itaú - Verso B RF FI	Banco Itaú..SA	5.359
Itaú - RF Juros Ocean FI	Banco Itaú..SA	1.787
Kinea PIPE FIA	Intrag DTVM Ltda	1.657
Fundo Fator sinergia IV	Banco Fator S.A.	6.191
Imobiliario	Rio Bravo Administradora	2.031
BRAM FI RF IMA GERAL	Banco Bradesco SA.	97.759
BRANDESCO FIM PLUSI	Banco Bradesco S.A.	42.562
BRAD FIC MULT EUROPA	Banco Bradesco S.A.	5.873
BRAD INST FIA BDR NI	Banco Bradesco S.A.	6.787
AÇÕES MERC.A VISTA	Banco Bradeso SA	14.291
Fundo ITAU INDEX Ações	Banco Itau SA	3.074

Saldo em 31 dezembro de 2015

275.480

Fundo	Administrador	2016
Itaú Hedge FI	Banco Itaú SA.	9.217
Itaú Vértice C RF FI	Banco Itaú SA.	2.227
Itaú – IU FID W3 FIM	Banco Itaú SA	20.334
Itaú – FOF RPI 30 Ações FIC	Banco Itaú SA.	9.379
Itaú – FOF Multi Global EQT	Banco Itaú SA	3.158
Itaú - Verso B RF FI	Banco Itaú SA	18.357
Itaú - Verso B RF FI	Banco Itaú SA	11.176
Itaú - RF Juros Ocean FI	Banco Itaú SA	8.575
Itaú - UBB Master RF IRFM	Banco Itaú SA	22.031
Itaú - Pre Longoprazo RF FI	Banco Itaú SA	1.788
Itaú - IT Inst a Phoenix FI	Banco Itaú SA	756
Itaú - Index Ações	Banco Itaú SA	1.983
Itaú - Hedge Plus MM FIC	Banco Itaú SA	5.059
Bradesco F.I Multimercado Plus	Banco Bradesco SA	38.984
Bradesco Global FIA - IE	Banco Bradesco SA	4.703
BRAM FI RF IMA Geral	Banco Bradesco SA	116.290
BRAM Institucional Fundo de Invest RF1	Banco Bradesco SA	6.653
Kinea Pipe Fundo de Investimento	Intrag DTVM Ltda	3.136
Rio Bravo Investimentos - Renda Corporativa	Rio Bravo Administradora	2.594
Saldo em 31 de dezembro de 2016		316.828

Detalhamento das ações

Ações	2016
AMBEV ON	1.763.016
BRADESCO EB N1	2.655.472
BRASILON EJ NM	1.047.588
BRF FOODS ON NM	1.080.704
ITAU UNIBANCO PN N1	2.905.549
ITAUSAPN N1	1.084.680
PETROBRASON	1.167.522
PETROBRASPN	1.490.078
VALE R DOCEON N1	1.256.214
VALE R DOCEPNA N1	1.042.014
Sub-Total	15.492.837
Outras Ações	14.934.725
Total	30.427.563

Composição por prazo de vencimento

Em 31 de dezembro, a carteira de títulos era composta de:

	Faixas de vencimento (em dias)	2016		2015	
		Valor investido atualizado	Valor de mercado (contábil)	Valor investido atualizado	Valor de mercado (contábil)
Fundos de investimentos	Indeterminado	286.400	286.400	261.189	261.189
Renda Variável - Ações	Indeterminado	30.428	30.428	14.291	14.291
Totais		316.828	316.828	275.480	275.480

Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os seguintes critérios:

- Ações de companhia abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada ou, na falta desta, a cotação mais recente em pregões anteriores, publicada no Boletim Diário da Bolsa de Valores.
- Cotas de fundos de investimentos, pelo valor da cota divulgada pelo administrador do fundo na data do balanço.

Metodologia e critérios para avaliação de riscos

Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e de controle do risco de mercado das carteiras da Entidade é feito através do cálculo da divergência não planejada.

Risco de Crédito

Para o controle e avaliação do risco de crédito a Entidade utiliza a classificação de risco de crédito das emissões não-bancárias e bancárias das agências classificadoras de risco em funcionamento no País.

Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é preocupação constante para a Entidade que mantém um percentual confortável de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata, evitando a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar os compromissos previdenciais no curto prazo.

Operacional

A Entidade registra eventuais perdas operacionais incorridas, realiza avaliações periódicas de suas atividades e processos, identificando os riscos inerentes e a efetividade dos controles praticados e quando necessário implanta planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles, mecanismo que resulta em menor exposição a riscos.

Legal

Como forma de gerenciar o risco legal, a Entidade avalia todos os contratos junto a seus prestadores que participam do processo de Investimentos da Entidade além de garantir acesso às possíveis mudanças na regulamentação.

Sistêmico

Mesmo diante da dificuldade de gerenciar e avaliar o risco sistêmico, a Entidade procura buscar informações no mercado que a auxiliem nesta avaliação e tomar todas as medidas cabíveis sempre que identificar sinais de alerta no mercado.

8. Exigível operacional

O exigível operacional da Entidade apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Gestão previdencial		
Utilizações a pagar	798	754
Retenções a Recolher	104	149
	902	903
Gestão administrativa		
Despesas a pagar	162	133
Retenções e tributos a Recolher	78	57
	240	190
Programa de investimentos		
Renda variável - mercado de ações a pagar	117	1.502
	117	1.502

A totalidade do valor da rubrica outras exigibilidades na gestão administrativa, refere-se a tributos a recolher.

9. Provisões matemáticas e fundos

As provisões matemáticas e os fundos foram constituídos de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário contratado, Towers Watson em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC.

Parcela de contribuição definida

Correspondem às contribuições individuais dos participantes acrescidas das contribuições correspondentes às patrocinadoras.

Composição/Movimentação das Provisões Matemáticas

	Randonprev		
	2015	Constituição (reversão) no exercício	2016
Provisões matemáticas			
Benefícios concedidos	84.496	48.542	133.038
Contribuição Definida	84.424	48.572	132.995
Benefício Definido	72	(30)	42
Benefícios a conceder	179.430	(11.154)	168.276
Contribuição Definida	166.134	(8.103)	158.031
Benefício Definido	13.296	(4.381)	8.915
	263.926	37.388	301.314

10. Equilíbrio técnico

A movimentação do superávit técnico, durante o exercício de 2015, pode ser resumida como segue:

	2015	Constituição (reversão) no exercício	2016
Superávit técnico acumulado	1.443	6.181	7.624
Reserva de Contingência	1.443	666	2.109
Reserva Especial para Revisão do Plano	-	(5.515)	5.515

A Reserva de Contingência, constituída pelo superávit técnico acumulado, está limitada a 25% (vinte e cinco por cento) das Reservas Matemáticas atuarialmente calculadas, conforme artigo 7 da Resolução CGPC nº 26/2008, servindo de garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos.

Já a Reserva Especial para Revisão do Plano corresponde ao superávit técnico excedente à Reserva de Contingência, conforme estabelece o artigo 8 da Resolução CGPC nº 26/2008. Em 2014 é o segundo ano consecutivo de sua constituição e conforme o artigo 12 da referida Resolução a Entidade poderá rever o plano de benefícios de forma voluntária ou obrigatória após o decurso de três exercícios.

As principais premissas adotadas no cálculo atuarial de 2015 foram as seguintes:

Modalidade	Premissa
Taxa real anual de juros ⁽ⁱ⁾	4,76% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽ⁱ⁾	2,08% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários) ⁽ⁱ⁾	100%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios) ⁽ⁱ⁾	97%
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio
Hipótese sobre rotatividade	Experiência Randonprev 2008 a 2012
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Basic suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB-1944 Modificada
Tábua de Rotatividade	Experiência Randonprev 2008 a 2012

⁽ⁱ⁾ A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.

O cálculo atuarial das provisões matemáticas considera o método de Capitalização Financeira para os benefícios programados, Crédito Unitário para o Benefício Mínimo e Sistema Misto para os benefícios de risco. Como premissa de projeção do crescimento salarial real utilizou-se o percentual de 2,08% a.a. nas estimativas atuariais.

a) Benefícios Concedidos

Correspondem ao valor atual dos compromissos futuros da Entidade em relação aos atuais aposentados e pensionistas.

b) Benefícios a Conceder

b1) Parcela de benefício definido

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos a serem assumidos pela Entidade, em relação aos participantes e respectivos beneficiários, que ainda não estejam em gozo de suplementação de aposentadorias, e o valor atual das contribuições que por eles e pelas patrocinadoras venham a ser recolhidas aos cofres da Entidade para sustentação dos referidos compromissos (saldo de conta projetado para os benefícios de aposentadoria por invalidez, pensão por morte e benefício mínimo).

Fundo de Reversão de Contribuições

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (Fundo Reversão de Contribuições) é constituído pela parte da Conta Patrocinadora que não foi considerada no cálculo dos benefícios do plano e poderá ser utilizado para reduzir as contribuições futuras das patrocinadoras.

Em função da revisão obrigatória do plano de Benefício Randonprev, nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008, foram constituídos em 31/12/2011 os fundos “Fundo Previdencial – participantes 2011” e o “Fundo Previdencial – patrocinadoras 2011”.

O Fundo Previdencial – patrocinadoras 2011 foi extinto durante o exercício de 2015.

O “Fundo Previdencial – participante 2011”, atribuível aos participantes ativos, assistidos e autopatrocinados do Plano de Benefícios RandonPrev, foi constituído com uma parte da Reserva Especial apurada em 31/12/2011. A parcela da Reserva Especial de 31/12/2011 atribuível aos participantes, assistidos e autopatrocinados foi equivalente a 31,13% da Reserva Especial constituída em 31/12/2011, descontado o valor referente à provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado nessa data. Esse fundo foi segregado entre participante ativo, assistido

e autopatrocinado na proporção das suas reservas matemáticas individuais de 31/12/2011. Esse fundo é rentabilizado desde janeiro/2012 de acordo com o retorno dos investimentos do plano.

O percentual aplicado à Reserva Especial constituída em 31/12/2011 para criação do “Fundo Previdencial – participantes 2011” descrito acima foi apurado com base na proporção dos valores correspondentes às contribuições normais realizadas pelo participantes, autopatrocinados e patrocinadora em 2009, 2010 e 2011.

A amortização deste Fundo Previdencial iniciou durante o ano de 2016 com a distribuição às Patrocinadoras e aos Participantes Ativos referente aos valores correspondentes aos Participantes Assistidos, cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 618.

Fundo Administrativo

É constituído mensalmente e consiste no resultado apurado entre as despesas, receitas e transferências entre Programas, acrescido dos valores relativos à rentabilidade obtida com os investimentos realizados. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do fundo administrativo é de R\$ 3.054 (R\$ 2.125 em 31 de dezembro de 2015).

A movimentação dos fundos, durante o exercício de 2015, pode ser resumida como segue:

	2015	Constituição (reversão) no exercício	2016
Fundo de Reversão	4.550	652	5.955
Fundo de Revisão de Plano Patrocinadora	-		-
Fundo de Revisão de Plano Participante	1.233	(615)	618
Fundo Administrativo	2.125	929	3.054
Total dos Fundos	7.908	224	9.627

11. Plano de Gestão Administrativa - PGA

Em atendimento a Resolução CGPC N° 28, a Randonprev elaborou o regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa - PGA sendo o mesmo aprovado pelo Conselho Deliberativo, observando os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos administrativos da Entidade.

12. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017 a Entidade não apresentava saldos decorrentes de operações conduzidas nos mercados de derivativos financeiros.

13. Governança, gestão e controles internos

A Resolução CGPC n°. 13, de 1º. de outubro de 2004, estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar, adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por elas operados, a fim de assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos. A Randonprev em consonância com as boas práticas de governança vem ao longo do tempo introduzindo controles na busca de melhoria dos processos, tendo como consequência mitigação de riscos.

14. Transações entre partes relacionadas e Contingências

As partes relacionadas da Randonprev podem ser assim consideradas: os Participantes e as Patrocinadoras, cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento do Plano de Benefícios Randonprev para os seus empregados e Dirigentes; e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social do Plano. Conforme consta na Política de Investimentos, vigente para o ano de 2016, são vedadas as aquisições de quaisquer títulos, inclusive títulos de crédito, de emissão das Patrocinadoras do Plano de benefício administrados pela Randonprev.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Randonprev não mantém saldo decorrentes de transações com partes relacionadas, a não ser pelo curso normal das atividades do plano, e não existem litígios ou contingências classificadas como perda passível ou provável.

15. Legislação

Em 17 de dezembro de 2015 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - MPS/SPC, através da Instrução nº 25, alterou a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 atualizando os modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). As alterações das Demonstrações Contábeis entraram em vigor na data da publicação da Instrução, produzindo os efeitos de forma facultativa e a critério da Entidade, a partir da data da publicação e, de forma obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2016, em 31 de dezembro de 2016, todos os ajustes nas demonstrações contábeis foram realizados.

Ajuste de Precificação

Para a avaliação atuarial do encerramento de 2015, passa a ser obrigatório o cálculo e aplicação do ajuste de precificação, conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, nas situações de equacionamento de déficit e destinação de superávit.

Como não há Reserva Especial para Revisão de Plano, não se aplica em 31/12/2015 o ajuste de precificação.

Reserva de Contingência

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano}) \times \text{provisão matemática}]$, o que for menor.

Considerando que a duração do passivo apurada em 31/12/2016 do Plano de Benefícios Randonprev foi de 10,49 anos, o limite de 20,49% das provisões matemáticas passa a ser o valor máximo a ser alocado em reserva de contingência. Sendo assim, com um superávit de R\$ 7.623, foi alocado na reserva de contingência o superávit equivalente à R\$ 2.108, e na reserva especial para revisão do plano em 31/12/2016 foi alocado o excedente ao limite de 20,49% das provisões matemáticas, equivalente à R\$ 5.515.

Ademar Salvador

Diretor Superintendente

CPF n.º 220.575.790-34

Rosemeire Correia Santana

Contadora

CRC n.º 1SP 195774/O- 4

CPF n.º 118.435.598-38

PARECERES



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros e Diretores da
Randonprev Fundo de Pensão Caxias do Sul – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Entidade Randonprev Fundo de Pensão (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade Randonprev Fundo de Pensão em 31 de dezembro de 2016, e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo

Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de março de 2017.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/F-7

Wladimir Omiechuk

Contador CRC RS-041241/O-2

Parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações contábeis

Em cumprimento às obrigações estatutárias que lhe são conferidas pelo artigo 59 do Estatuto e na legislação vigente aplicável, os membros do Conselho Fiscal do RANDONPREV – Fundo de Pensão reuniram-se nesta data, na sede da entidade, para apreciar as operações financeiras e contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2016, bem como os atos e as contas apresentados pela Diretoria Executiva do RANDONPREV por meio dos seguintes documentos:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- c) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com o exercício anterior;
- e) Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com o exercício anterior;
- f) Demonstrac o das Provisões Técnicas – DPT do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas;
- h) Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes;
- i) Parecer Atuarial emitido pela Willis Towers Watson, contendo os resultados da Avaliac o Atuarial do Plano de Benefícios Randonprev realizada com dados cadastrais posicionados em 31/8/2016.

Examinados os documentos acima listados e constatado por este Conselho Fiscal que as contas apresentadas encontram-se exatas e atendem ao disposto nas normas contábeis e financeiras, na legislação vigente aplicável às entidades fechadas de previdência complementar, bem como no Estatuto do RANDONPREV, os membros deste Conselho Fiscal emitem Parecer favorável às informações constantes das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2016, eis que refletem as atividades do RANDONPREV – Fundo de Pensão no referido exercício.

Caxias do Sul, 29 de março de 2017.

Luiz Carlos de Lima

Presidente

Paulo Sérgio Izaguirre Trindade

Conselheiro

Dionéia Canal

Conselheira

Manifestação do Conselho Deliberativo sobre as demonstrações contábeis

No dia 29 de março de 2017, às 16 horas, na sede social localizada na Av. Abramo Randon, nº 770, na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo do RANDONPREV – Fundo de Pensão, abaixo assinados. Assumi a presidência dos trabalhos o Presidente, Sr. Alexandre Randon, que convidou a mim, Alexandre Dorival Gazzí, para secretariar a presente reunião, passando-se à deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia:

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2016.

ESCLARECIMENTOS: De acordo com as disposições estatutárias vigentes do RANDONPREV, foram abertos os trabalhos e constituída a Mesa. O Sr. Presidente informou aos membros presentes que o objetivo da reunião é deliberar sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2016. Inicialmente, o Sr. Presidente esclareceu que em atendimento ao disposto no art. 3º da Instrução MPS/SPC nº 34/2009, as entidades fechadas de previdência complementar devem encaminhar anualmente à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, as demonstrações contábeis anuais, por meio do Sistema de Captação de Dados – SICADI disponível na página eletrônica da Autarquia. Em atendimento ao disposto no item 17 do Anexo C da Resolução CNPC nº 8/2011, o Sr. Presidente lembrou, ainda, que as demonstrações contábeis deverão conter os seguintes documentos: **a)** Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior; **b)** Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior; **c)** Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior; **d)** Demonstração do Ativo Líquido – DAL do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com o exercício anterior; **e)** Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com o exercício anterior; **f)** Demonstração das Provisões Técnicas – DPT do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com o exercício anterior; **g)** Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis consolidadas; **h)** Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes; **i)** Parecer Atuarial emitido pela Willis Towers Watson, contendo os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Randonprev realizada com dados cadastrais posicionados

em 31/8/2016; j) Parecer do Conselho Fiscal do RANDONPREV e;
k) Manifestação deste Conselho Deliberativo com a aprovação das Demonstrações Contábeis.

Destacou ainda, que as Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Parecer Atuarial e do Parecer dos Auditores Independentes, foram enviadas para análise do Conselho Fiscal do RANDONPREV, que emitiu parecer favorável, o qual foi encaminhado a este Conselho, juntamente com a documentação pertinente, para análise e deliberação. O Sr. Presidente ressaltou que a Diretoria Executiva será responsável pelo envio das Demonstrações Contábeis à Previc até o dia 31/3/2017, eis que o RANDONPREV pertence ao Perfil III, conforme legislação vigente aplicável.

DELIBERAÇÃO: Após a análise e amplo debate entre os membros presentes, foram aprovadas, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2016 que refletem as operações financeiras e contábeis do RANDONPREV no referido exercício, restando consignada nesta ata de reunião a manifestação favorável deste Conselho Deliberativo em relação aos documentos apresentados.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.

Alexandre Randon
Presidente

Daniel Raul Randon
Conselheiro

Alexandre Dorival Gazzì
Vice-Presidente

Anderson Pontalti
Conselheiro

Parecer Atuarial do Plano de Benefícios Randonprev

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano de Benefícios Randonprev do RANDONPREV – Fundo de Pensão, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela RANDONPREV posicionado em 31/08/2016.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pelo RANDONPREV, verificamos que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios Randonprev são:

- Randon S.A. Implementos e Participações;
- Randon Implementos para o Transporte Ltda.;
- Raul Anselmo Randon;
- Rasip Alimentos Ltda.;
- Master Sistemas Automotivos Ltda.;
- Randon Administradora de Consórcios Ltda.;
- Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.;
- Fras-le S.A.;
- Randonprev Fundo de Pensão;
- Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.;
- Instituto Elisabetha Randon;
- Associação Esportiva e Recreativa Randon;
- Cooperativa E.C.M. dos Empregados das Empresas Randon;
- Caixa de Assistência Sistema Saúde Integral;
- RAR Corretora Seguros Ltda.;
- DRAMD Participações e Administração Ltda.;
- Banco Randon S.A.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2016.

As patrocinadoras são solidárias no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pelo RANDONPREV – Fundo de Pensão aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios Randonprev.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela portaria nº 179 da Previc, de 06/04/2015, publicada no D.O.U de 07/04/2015.

I – Estatísticas

Benefícios a Conceder	31/08/2016
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	7.935
Idade média (em anos)	36,4
Tempo de serviço médio (em anos)	9,0
Participantes em aguardo de benefício proporcional¹	
Número	3.515

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido.

Benefícios Concedidos	31/08/2016
Aposentados válidos	
- Número	204
- Idade média (em anos)	63,83
- Valor médio do benefício (em reais)	3.470,13
Aposentados inválidos²	
- Número	1
- Idade média (em anos)	47,63
- Valor médio do benefício (em reais)	6.192,59
Benefícios proporcionais diferidos recebendo	
- Número	0
- Idade média (em anos)	0,0
- Valor médio do benefício (em reais)	0,00
Pensionistas (grupos familiares)	
- Número	11
- Idade média (em anos)	60,9
- Valor médio do benefício (em reais)	2.251,78

² Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e o RANDONPREV – Fundo de Pensão e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios Randonprev conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos referentes à parcela de benefício definido do plano foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2016	2015
Taxa real anual de juros	4,76%	4,76%
Projeção do crescimento real de salário	2,08%	2,37%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
- Salários	100%	100%
- Benefícios do plano	97%	97%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ¹	AT-2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB-1944 modificada	RRB-1944 modificada
Tábua de Rotatividade	Experiência Randonprev 2008 a 2012	Experiência Randonprev 2008 a 2012

¹ Tábua segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%.

Outras hipóteses	2016	2015
Probabilidade de aposentadoria	100% na aposentadoria normal	100% na aposentadoria normal
Probabilidade de opção pelos institutos	Resgate: 64% BPD: 10% Portabilidade: 5%	BPD: 100%
Composição familiar		
- Benefícios a conceder	93% probabilidade de casado na aposentadoria	95% probabilidade de casado na aposentadoria
- Benefícios concedidos		
- Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
- Pensionistas	Composição informada	Composição informada

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determinam a Resolução CGPC nº 18/2006, a Portaria Previc nº 186/2016 e a Instrução nº 23/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pelo RANDONPREV – Fundo de Pensão para desenvolver o estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano posicionados em 31/12/2015, elaborados com as hipóteses descritas no Parecer Atuarial de 2015 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Os resultados do estudo de aderência e adequação da taxa real de juros mostram que a expectativa de retorno real composto de longo prazo dos recursos do perfil conservador do plano é de aproximadamente 4,80% a.a., na média.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,19% a.a. para o plano de benefícios. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 186 para esse plano (limite inferior: 4,33% e limite superior: 6,62%). Entretanto, com intervalo de confiança de 62% a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação dos ativos do plano do Perfil Conservador é compatível com a taxa real de juros de 4,76% a.a.

Assim, pode-se afirmar, com elevado nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 4,76% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB) e as informações relativas aos investimentos providenciadas e validadas pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ).

O referido estudo foi submetido para aprovação pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo do RANDONPREV – Fundo de Pensão, e aprovado por meio de parecer pelo Conselho Fiscal da Entidade.

Sendo assim, o RANDONPREV – Fundo de Pensão e as patrocinadoras do Plano de Benefícios Randonprev optaram por adotar a taxa real anual de juros para 4,76% a.a., mesma taxa da avaliação atuarial de 2015.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção do crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo das patrocinadoras do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios Randonprev, realizou, em novembro de 2016, estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e na Instrução nº 23, de 26/06/2015, apresentando o crescimento salarial real de 2,08% a.a.

O referido estudo foi submetido para a aprovação pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo do RANDONPREV – Fundo de Pensão.

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB).

As patrocinadoras consideraram que a taxa de projeção do crescimento real dos salários apontada no estudo reflete as suas expectativas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado, de acordo com a respectiva política de Recursos Humanos.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, pagos na forma de renda por prazo certo em reais, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% para os salários reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independente da inflação.

A adoção de um fator de 97% reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 5,00%, estimada com base nas expectativas do Comitê de Investimentos da Willis Towers Watson após sua análise e projeção de cenários macroeconômicos.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios Randonprev, realizou, em novembro de 2016, estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e na Instrução nº 23, de 26/06/2015. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses: Tábua de Mortalidade Geral, Tábua de Mortalidade de Inválidos, Tábua de Entrada em Invalidez, Tábua de Rotatividade, Entrada em Aposentadoria, Crescimento Real dos Salários, Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários e dos benefícios, Probabilidade de opção pelos institutos e Composição familiar. As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas na avaliação de 2016 são as indicadas por esse estudo.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os benefícios do Plano de Benefícios são avaliados pelo Regime de Capitalização, conforme descritos a seguir:

- Aposentadoria Normal, Antecipada, Aposentadoria por Invalidez (parcela de contribuição definida), Benefício Proporcional, Pensão por Morte (parcela de contribuição definida), Portabilidade, Resgate de Contribuições, Benefício Adicional e Benefício Especial: Método de Capitalização Financeira;
- Benefício Mínimo e parcela de benefício definido da Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte: Método do Crédito Unitário.

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja um afluxo suficiente de novos empregados.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço do Plano de Benefícios Randonprev administrado pela RANDONPREV - Fundo de Pensão, de 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social é de R\$ 318.564.443,76.

O RANDONPREV – Fundo de Pensão informou que todos os seus títulos do Plano de Aposentadoria Randonprev estão enquadrados na categoria “Títulos para Negociação”.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pelo RANDONPREV – Fundo de Pensão.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	308.937.662,27
Provisões Matemáticas	301.314.173,50
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>133.037.694,12</i>
Contribuição Definida	132.995.202,12
Saldo de Conta de Assistidos	132.995.202,12
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	42.492,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	42.492,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>168.276.479,38</i>
Contribuição Definida	158.031.089,38
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	60.220.997,72
Saldo de Contas – Parcela Participantes	97.810.091,66
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	8.915.207,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	12.184.619,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(3.269.412,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00

	Valores em R\$
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.330.183,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	2.294.096,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(963.913,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	<i>0,00</i>
Serviço Passado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
<i>Equilíbrio Técnico</i>	<i>7.623.488,77</i>
Resultados Realizados	7.623.488,77
Superávit Técnico Acumulado	7.623.488,77
Reserva de Contingência	2.107.987,02
Reserva Especial para Revisão de Plano	5.515.501,75
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00

	Valores em R\$
Fundos	9.626.781,49
Fundo Previdencial	6.572.744,41
Revisão de Saldo por Exigência Regulamentar	5.954.874,75
Revisão de Plano	617.869,66
Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
Fundo Administrativo	3.054.037,08
Fundo de Investimento	0,00

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (Fundo Reversão de Contribuições) é constituído pela parte da Conta Patrocinadora que não foi considerada no cálculo dos benefícios do plano e poderá ser utilizado para reduzir as contribuições futuras das patrocinadoras.

Em função da revisão obrigatória do Plano de Benefícios Randonprev, nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008, foram constituídos em 31/12/2011 os fundos “Fundo Previdencial – participantes 2011” e o “Fundo Previdencial – patrocinadoras 2011”.

O “Fundo Previdencial – patrocinadoras 2011” foi extinto durante o exercício de 2015.

O “Fundo Previdencial – participantes 2011”, atribuível aos participantes ativos, assistidos e autopatrocinados do Plano de Benefícios Randonprev, foi constituído com uma parte da Reserva Especial apurada em 31/12/2011. A parcela da Reserva Especial de 31/12/2011 atribuível aos participantes, assistidos e autopatrocinados foi equivalente a 31,13% da Reserva Especial constituída em 31/12/2011, descontado o valor referente à Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado nessa data. Esse fundo foi segregado entre participante ativo, assistido e autopatrocinado na proporção das suas reservas matemáticas individuais de 31/12/2011. Esse fundo é rentabilizado desde janeiro/2012 de acordo com o retorno dos investimentos do plano.

O percentual aplicado à Reserva Especial constituída em 31/12/2011 para criação do “Fundo Previdencial – participantes 2011” descrito acima foi apurado com base na proporção dos valores correspondentes

às contribuições normais realizadas pelos participantes, autopatrocinados e patrocinadoras em 2009, 2010 e 2011.

Por se tratar ainda do 1º ano de constituição de reserva especial, não haverá destinação dessa reserva nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008.

Ajuste de Precificação

Conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, o cálculo e aplicação do ajuste de precificação deve ser obrigatório nas situações de equacionamento de deficit e destinação de superavit.

O plano apresenta reserva especial, no entanto, não será feita a destinação dessa reserva especial, nem tampouco há títulos “marcados na curva”. Sendo assim, o ajuste de precificação definido na Resolução CGPC nº 26/2008, não é aplicável.

Reserva de Contingência

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, o resultado superavitario deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{provisão matemática}$, o que for menor.

Considerando que a duração do passivo apurada em 31/12/2016 do Plano de Benefícios Randonprev foi de 10,49 anos, o limite de 20,49% das provisões matemáticas passa a ser o valor máximo a ser alocado em reserva de contingência. Sendo assim, com um superávit de R\$ 7.623.488,77, foi alocado na reserva de contingência o superávit equivalente à R\$ 2.107.987,02, e na reserva especial para revisão do plano em 31/12/2016 foi alocado o excedente ao limite de 20,49% das provisões matemáticas equivalente à R\$ 5.515.501,75.

Ressaltamos que entende-se por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

V – Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2016.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	301.314.173,50	306.407.352,07	-1,66%
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>133.037.694,12</i>	<i>133.037.399,68</i>	<i>0,00%</i>
- Contribuição Definida	132.995.202,12	132.995.202,12	0,00%
- Benefício Definido	42.492,00	42.197,56	0,70%
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>168.276.479,38</i>	<i>173.369.952,39</i>	<i>-2,94%</i>
- Contribuição Definida	158.031.089,38	158.031.089,38	0,00%
- Benefício Definido	10.245.390,00	15.338.863,01	-33,21%

Convém ressaltar que do Passivo Atuarial de R\$ 301.314.173,50, apenas 3,41% (R\$ 10.287.882) é atuarialmente determinado com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela das provisões matemáticas de benefícios concedidos e à parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco e/ou benefício mínimo. Os 96,59% restantes (R\$ 291.026.291,50) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade do RANDONPREV – Fundo de Pensão.

Tendo em vista a natureza desse plano, as hipóteses adotadas, a movimentação da massa de participantes e os saldos de conta informados pelo RANDONPREV, consideramos aceitáveis as variações ocorridas para as parcelas de benefícios definidos.

VI – Plano de Custeio

Patrocinadora

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, a partir de 01/01/2017, as contribuições mensais equivalentes a 1,10% da folha de salários de participantes, sendo 0,15% correspondente à contribuição para cobertura do Benefício Mínimo e da parcela de Benefício Definido dos benefícios do plano e 0,95% para a cobertura das despesas administrativas.

Adicionalmente, as patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento estimadas em 1,29% da folha de salários de participantes correspondente à contribuição normal e 0,003% correspondente à contribuição especial, na hipótese de todos os empregados elegíveis a efetuar contribuições ao plano o façam pelo percentual máximo.

Participantes

As contribuições dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano, as quais foram estimadas em 0,65% da folha de salários de participantes, sendo 0,62% correspondente à contribuição básica e 0,03% correspondente à contribuição adicional, tomando por base os dados cadastrais posicionados em 31/08/2016.

Autopatrocinados e Benefícios Proporcionais Diferidos

Os participantes autopatrocinados deverão efetuar as contribuições de participantes e patrocinadoras definidas no regulamento, além da contribuição de 0,15% do salário de participação para cobertura do Benefício Mínimo e da parcela de Benefício Definido dos benefícios do plano.

Também os participantes autopatrocinados e os que estão no aguardo do recebimento do benefício proporcional diferido deverão efetuar a contribuição de 0,95% do salário de participação para custeio das despesas administrativas.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Resumo comparativo do plano de custeio

Apresentamos a seguir quadro comparativo dos percentuais apurados atuarialmente indicados para 2016 com os que deverão ser praticados em 2017.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 01/01/2017)	Plano de custeio anterior
Patrocinadoras		
Normal (benefício mínimo e parcela de Benefício Definido dos benefícios do plano)	0,15%	0,30%
Contribuição Total das Patrocinadoras	0,15%	0,30%

VII – Conclusão

O superávit do Plano de Benefícios Randonprev do RANDONPREV – Fundo de Pensão decorre da alteração no perfil da população, dos retornos dos investimentos obtidos ao longo dos anos anteriores, bem como da reversão do Fundo de Ganhos e Perdas Atuariais existente no balancete de 31/12/2008 em função da Resolução CGPC nº 26/2008. Entretanto seu aumento no exercício de 2016 deve-se principalmente às alterações nas hipóteses atuariais de 2016.

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios Randonprev administrado pelo RANDONPREV – Fundo de Pensão, informamos que o plano encontra-se solvente em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Este parecer atuarial foi elaborado para o RANDONPREV – Fundo de Pensão com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com o RANDONPREV – Fundo de Pensão em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2017.

Natasha Leal Ayres

MIBA nº 930

Carla Maria Seabra Assunção Lobianco

MIBA nº 842

The logo for RandonPrev, featuring the word "RANDON" in black and "PREV" in blue, with a blue underline that curves under both words.

RANDONPREV

RANDONPREV - Fundo de Pensão

www.randonprev.com.br

Produzido por

